

**FUTEBOL DE MULHERES!
É PRECISO ENTRAR EM CAMPO, DRIBLAR AS DESIGUALDADES E
GOLEAR OPRESSÕES**

**WOMEN'S FOOTBALL! SOCCER!
IT IS NECESSARY TO GET ON THE FIELD, TO DRIBBLE THE
INEQUALITIES AND OVERCOME OPPRESSIONS**

**FÚTBOL FEMENINO!
ES NECESARIO SALIR AL CAMPO, IMPULSAR LAS DESIGUALDADES Y
SUPERAR LAS OPRESIONES**

Aline da Silva Nicolino

<https://orcid.org/0000-0003-2953-2919> 

<http://lattes.cnpq.br/0105114059435356> 

Universidade Federal de Goiás (Goiás, GO – Brasil)

aline.nicolino@gmail.com

Valléria Araújo de Oliveira

<https://orcid.org/0009-0003-7974-209X> 

<http://lattes.cnpq.br/3298155953995300> 

Universidade Federal de Goiás (Goiás, GO – Brasil)

valleria.oliveira@ufg.br

Milena Louise Rodrigues Rosa

<https://orcid.org/0009-0000-0893-0833> 

<http://lattes.cnpq.br/0354720055522514> 

Office Challenger Sports (Warwick, Rhode Island – Estados Unidos da América)

rosamilenalouise@gmail.com

Resumo

Reconhecer o esquema tático adversário, entrar em campo e driblar a baixa representatividade de mulheres no meio futebolístico são algumas estratégias deste jogo. A tática é apresentar as condições postas às mulheres no futebol, trazendo a experiência de uma treinadora de futebol brasileira nos Estados Unidos da América, que busca driblar barreiras dentro e fora dos gramados. Para problematizar as condições de existência das mulheres no meio futebolístico, recorreremos aos estudos feministas e de futebol de mulheres, para mostrar que as maiores barreiras não estão dentro de campo, mas no jogo ao qual estão submetidas. Entrar em campo, possibilitou identificar que a tática mais acionada pelo adversário desassocia a corporalidade da mulher do futebol. A privatização das manifestações culturais é outra tática que vem sendo incorporada à cultura esportiva brasileira, em um crescente movimento de responsabilização individual, que desconsidera o esporte como um bem cultural e, portanto, um direito constitucional.

Palavras-chave: Futebol de Mulheres; Violência de Gênero; Treinadora; Educação Física.

Abstract

Recognizing the opponent's tactics, getting on the field and overcoming the low representation of women in football/soccer are some of the strategies in this game. The tactic is to present the experience of a Brazilian football/soccer coach in the United States of America and interpret the context of the plays, on and off the North American fields. To do this, we put the team on the field and used women's football/soccer in Brazil, to show that the biggest barriers are not on the field, but in the game to which women are subjected. The biggest challenge is



not to contest these rules, but to disassociate women's corporeality from football/soccer, in a project of restriction and control of their gestures. The privatization of cultural manifestations, an old US tactic, has been incorporated into Brazilian sporting culture, in a growing movement of individual responsibility, which disregards sport as a cultural asset, a constitutional right.

Keywords: Women's Football; Gender Violence; Female Trainer; Physical Education.

Resumen

Reconocer la táctica del rival, entrar en campo y superar la baja representación de las mujeres en el fútbol son algunas estrategias en este juego. La táctica es presentar la experiencia de un entrenador de fútbol brasileño en los Estados Unidos de América e interpretar el contexto de las jugadas, dentro y fuera de las canchas norteamericanas. Para ello, pusimos al equipo en el campo y utilizamos el fútbol femenino en Brasil, para demostrar que las mayores barreras no están en el campo, sino en el juego al que están sometidas las mujeres. El mayor desafío no reside en cuestionar estas reglas, sino en desvincular la corporalidad de las mujeres del fútbol, en un proyecto de restricción y control de sus gestos. La privatización de las manifestaciones culturales, una vieja táctica estadounidense, se ha incorporado a la cultura deportiva brasileña, en un creciente movimiento de responsabilidad individual, que desconoce el deporte como un bien cultural, un derecho constitucional.

Palabras clave: Fútbol Femenino; Violencia de Género; Entrenador; Educación Física.

ENTRAR EM CAMPO, ROLAR A BOLA E APITAR O JOGO!

Começo de ano, verão nas terras brasileiras, muita chuva, calor e suor no meio futebolístico. Após muitos treinos em campos e horários precários, sem uniforme, sem férias, sem descanso, sem plano de saúde, sem direito a fala, sem representação e sem salário, recomeça mais uma temporada difícil, muito competitiva. É sabido que o projeto de profissionalização depende da espetacularização dos movimentos, de performances que não cabem em seus corpos e de habilidades e resultados representados por outras corporalidades, contudo, incorporar essa projeção parece ser a forma mais "segura" de permanecer na competição. A disputa é acirrada e as vagas são escassas. A cada início de temporada, recomeça o jogo - em um ciclo de maior dependência, maior competitividade, isolamento de seus pares e sem limites de horas para o seu esforço (FEDERICI, 2021). O sinal sonoro do apito final do árbitro, faz ecoar questões sobre o jogo: Como burlar essa estrutura, em que violar-se, ao ser projetada em um Outro (BEAUVOIR, 1980) recebe o nome de resiliência, de espírito esportivo? O que pode um corpo incorporar dessa opressão? O que exatamente está em disputa?

Caso esteja lendo e não reconheça quais vidas essas tramas narram, em que condições essas disputas estão acontecendo e quais corpos estão sendo violados, de forma a se sentir "parte dessa continuidade colonialista" (KRENAK, 2018), você provavelmente vem se beneficiando desse projeto colonial patriarcal, que projeta à lógica instrumental da aptidão física em um modelo atlético feito por e para homens, incapaz de absorver e suportar a extensão da memória coletiva dos corpos das mulheres. Isso mesmo, entendemos que esse





jogo envolve métricas para as manifestações culturais e que a jogada de dessubstancializar as dimensões artística, estética e cultural das corporalidades das mulheres no futebol é uma das táticas colonialista patriarcal-futebolística. Uma lógica que sintetiza tudo que é orgânico (Bispo, 2023) e que se apropria dos gestos por conhecer suas potencialidades. Gestos, que nos termos de Soares, “contém forças reveladoras de um poder de persuasão impossível para a palavra. [...] e que põe em jogo todos os sentidos não só de quem o executa, mas também de quem o observa” (SOARES, 2006, p. 111).

O que significa dizer que a “racionalização do movimento corporal por meio da eliminação de gestos e pelo aperfeiçoamento de movimentos funcionais” (SILVA, 2021, p. 50), carrega em si a tarefa social de educar futebolistas de modo que se tornassem organicamente saudáveis, economicamente rentáveis, social e moralmente dóceis as regras, em um jogo de restrição e direcionamento as formas de manifestação cultural que constituem a memória viva dos corpos das mulheres. Alertamos, que essa racionalização da corporalidade, ao dessubstancializar o conhecimento ancestral que a expressão corporal traz em si, desconsidera “sua complexa natureza, sua subjetividade e as contradições entre os significados de natureza social e os sentidos de natureza pessoal que envolve, por exemplo, uma finta com a bola colada ao pé” (TAFFAREL; ESCOBAR, 2023, p. 29). Isto é, desconsidera a “materialização de experiências ideológicas, religiosas, políticas, filosóficas, subordinadas às leis histórico-sociais que originaram formas de ação socialmente elaboradas” (TAFFAREL; ESCOBAR, 2023, p. 30).

Trazendo essa análise tática para este jogo, argumentamos que a gestualidade traz em si a memória viva dos corpos (KRENAK, 2020) e que no futebol a espetacularização dos gestos “masculinos”, representados em uma forma física atlética, são projetados às mulheres para desassociar a sua corporalidade do futebol, em um projeto colonialista heteropatriarcal (VERGÈS, 2021) de contenção e eliminação de uma prática social coletiva e confluyente (KRENAK, 2020; 2023). Isto é, ao olharmos o jogo, entendemos que a produção de arquétipos “masculinos” no futebol, visa atender as expectativas de corpo moderno, que projeta na capacidade muscular o sentido e o valor de seus corpos (SILVA, 2001). A estratégia mais acionada em campo é produzir uma prática social utilitarista que reduz as manifestações culturais a uma estética sem vestígios de naturalidade, desconexa do cosmo. A racionalização das formas física, tática e técnica dos gestos, torna o jogo “autopropulsivo e impõe aos indivíduos, inclusive àqueles que os criaram” (SILVA, 2001, p. 88), a expropriação de suas corporalidades.





Assim, vestir a camisa e calçar as chuteiras para driblar formas de opressão é o primeiro movimento de identificação de um discurso de resiliência direcionado às mulheres, sem oferecer condições de igualdade, que nos termos de Saffioti (2004), estrutura relações de dominação-exploração, por meio da precarização das condições de trabalho ou mesmo da falta delas, sobretudo, no que se refere ao processo de profissionalização e ocupação de cargos de liderança no meio futebolístico (FEIJÓ, 2023; FRANZINI, 2005; GOELLNER 2021; 2020; 2019; GUIMARÃES; BARREIRA; GALATTI, 2023; MENDONÇA, 2020; 2019; PASSERO; XAVIER, 2019; SOARES, 2020). Valendo-nos dessas discussões produzidas, avaliamos que é preciso colocar o time em campo para problematizar a violência de gênero contra mulheres no futebol a partir das marcações constantes de impedimento, dificultando a entrada e a permanência na modalidade. Para isso, trazemos a experiência de uma treinadora de futebol brasileira nos Estados Unidos da América, que ao narrar os dribles que vem realizando dentro e fora dos campos, traz que as maiores barreiras não estão dentro de campo, mas no jogo ao qual as mulheres estão submetidas. Isto é, sua vivência nos convida a pensar estratégias de burlar a barreira da falta marcada e buscar ângulos para chutar a bola para o gol. O gol, nesse caso, não é importante. O principal propósito de entrar em campo refere-se a um processo formativo coletivo de mudança nas condições do jogo das mulheres.

Aderir a uma luta coletiva exige treinamento diário, com e sem bola, valendo-se de uma perspectiva analítica feminista crítica. E é nesses termos que trazemos a descrição de alguns lances vivenciados pela treinadora brasileira, dentro e fora dos campos norte americano, para interpretarmos as jogadas e exigirmos fair play. A narrativa do vivido é utilizada como recurso metodológico, por ensinar sobre a importância da fala pessoal no processo de "criar consciência" e socializar seus efeitos coletivos que vão além de uma perspectiva pedagógica "a quem, não tendo passado pela experiência", torna-se informada. Isto significa que falar de si é um ato político e pedagógico (GONÇALVES, 2016, p. 3). Para descrever o vivido, inicialmente foi solicitado à professora-mulher, branca, goiana, de 31 anos, com formação em Educação Física em uma universidade pública brasileira - uma linguagem livre, em que trouxesse as impressões e as sensações de tornar-se treinadora de futebol e, em seguida, um olhar mais direcionado, pautado em um roteiro semiestruturado, em que contextualiza-se o local, as pessoas e as condições de trabalho, assim como o experienciar o futebol em uma outra cultura.





As situações e impressões experienciadas como professora de futebol, ocorreram durante o ano de 2023, momento em que trabalhou na região da Nova Inglaterra, com crianças de 2 até 14 anos de idade, permanecendo dois meses no clube de futebol da cidade e durante outros dois meses em diferentes estados, em que ficava cada semana em uma cidade, trabalhando com treinadora(e)s de países distintos: Estados Unidos, País de Gales, Inglaterra, Irlanda do Norte, Colômbia e Porto Rico. Um grupo composto de 25 pessoas, em que somente 7 eram mulheres. É, nesse momento, em que o grupo está reunido para trocar suas experiências, que trazemos alguns lances do jogo rolando fora das terras brasileiras. A lembrança mais marcante foi de observar as condições do campo, momento em que percebeu que ser mulher perpassa a nomeação dada pelo outro. Em um meio constituído e liderado em sua maioria por homens, o “feminino” era constantemente acionado como condição de existência, “usado para salvaguardar a negatividade que se deseja atribuir às mulheres no sistema patriarcal” (TIBURI, 2018, p. 50). O uso do feminino fazia ecoar o quanto o meio é aversivo às mulheres.

A hostilidade trazia à tona a misoginia acoplada nas práticas cotidianas (TIBURI, 2018), por meio de piadas homofóbicas e de cunho sexual; de supostas “brincadeiras” que rolavam entre os treinadores, com o objetivo de identificar quem era homossexual; de uso de termos utilizados somente entre eles; do desconhecimento de temáticas ligadas às questões de gênero e sexualidade no futebol e fora dos campos, em que envolvia desde a confusão de identidade de gênero com orientação sexual, até um caso emblemático, de um treinador brasileiro, em que numa discussão “ele queria me explicar o que era identidade de gênero, sem saber sobre o assunto e, ao mesmo, tempo rechaçava os meus argumentos e recusava-se a ouvir minha explicação. Não aceitando que uma mulher goiana poderia saber mais” (Treinadora de Futebol, 31 anos, 2023).

Ser mulher em um ambiente, universalmente reconhecido como “masculino” (GOELLNER, 2005), e, nesse caso, constituído em sua maioria por homens, traz à tona um outro lance significativo desse jogo, que traz o quanto o reconhecimento existencial não faz parte de uma experiência individual, mas de um conhecimento coletivo que, nas palavras de hooks (2017, p. 124), trata de “um modo de conhecer que muitas vezes se expressa por meio do corpo, o que ele conhece, o que foi profundamente inscrito nele pela experiência”, sinalizando que as maiores barreiras enfrentadas pelas mulheres não estão dentro de campo, mas no jogo ao qual estão submetidas. Ao olharmos para experiência como um meio de conhecimento,





ainda com hooks, em que “pode informar o modo como sabemos o que sabemos” (HOOKS, 2017, p. 122), compreendemos que, ao final, um dos maiores desafios não se encontra na contestação das regras do jogo, mas em desassociar a corporalidade da mulher do futebol, em um projeto colonialista heteropatriarcal de invisibilização e marginalização de suas gestualidades.

A cultura futebolística é violenta não apenas por reduzir, conter e direcionar os gestos (FRANZINI, 2005), mas, sobretudo, por dessubstancializar a memória viva das mulheres, tatuando em seus corpos as marcas do opressor, que ao projetar-se, produz, nos termos beauvoiriano, uma condição social da mulher como outro (BEAUVOIR, 1980). O terceiro lance, traz à lógica de privatização das manifestações culturais, em uma jogada colonialista incorporada à cultura esportiva norte americana e cada vez mais utilizada nos jogos políticos brasileiros, que investem na desresponsabilização do Estado pelo direito constitucional ao esporte e ao lazer e trazem a responsabilidade individual, como tática de transformar um bem cultural em mercadoria.

APRESENTANDO O TIME E COLOCANDO A BOLA EM JOGO NOS CAMPOS AMERICANOS

Um jogo de futebol não envolve somente jogadora(e)s, mas toda uma equipe ao redor deste evento para que ele aconteça. É necessário ter um grupo de arbitragem, comissão técnica e organizadora(e) dessa partida. O que significa dizer, que há um jogo acontecendo fora do campo, em que a bola não está rolando, mas sendo observada. E esse conjunto de pessoas, dentro e fora do campo, ainda, é predominantemente constituído por homens. Algo que não acontece somente no Brasil, mas também em outros lugares, mesmo quando há uma maior valorização do futebol jogado por mulheres.

Durante o ano de 2023, o trabalho de treinadora de futebol na região da Nova Inglaterra nos Estados Unidos da América (EUA), com crianças de 2 (dois) até 14 (quatorze) anos de idade, possibilitou observar que o futebol nos Estados Unidos é vivenciado de forma diferente do Brasil, no sentido de não ter a mesma cobrança sociocultural. As crianças não crescem com a bola no pé, como acontece com a maioria das crianças brasileiras. Cabe aqui destacar que o futebol não constitui o principal esporte do país, como no Brasil, lá os esportes de mais destaques são os conhecidos “Big Four”, que tem o futebol americano, beisebol, basquete e hockey como os mais populares (KRISTIANSEN; BROCH; PEDERSEN, 2014).





Apesar de o futebol não estar entre os esportes mais praticados e assistidos dos Estados Unidos, a seleção “feminina” de futebol possui um time forte que já ganhou 4 (quatro) vezes a Copa do Mundo de Futebol. Não há preconceito de meninas e mulheres jogarem futebol como acontece no Brasil, ao contrário, são altamente incentivadas a jogarem. Mulheres são estimuladas desde criança a praticarem esportes. Apesar de haver incentivo para a prática desportiva, observou-se nos Estados Unidos um quantitativo maior de meninos praticando o futebol. Outra observação realizada durante o período nos EUA foi a ausência de mais treinadoras mulheres, sendo que na região da Nova Inglaterra havia somente uma única treinadora latinoamericana. Em relação aos times dessa região notou-se que havia mais homens em cargos de liderança e também mais homens treinadores. Nota-se, ainda, que é muito difícil encontrar mulheres em cargos de liderança no meio futebolístico, assim como nas terras brasileiras (PASSERO et al., 2020). É possível observar, nesse sentido, que há nos Estados Unidos um forte incentivo esportivo, porém há poucas treinadoras em times que não sejam de base e árbitras mulheres atuando em campeonatos, assim como poucas mulheres ocupando cargos administrativos e de liderança nos clubes de futebol. Algo que não é observado somente nos Estados, mas também em países Europeus, como apresenta o texto “O teto de vidro do futebol europeu” (BRADBURY; STERKENBURG; MIGNON, 2014), ao afirmar que os cargos de governança sênior são ocupados em 95,8% por homens brancos e os cargos de operação sênior são compostos por 87,7% de homens brancos. Apesar de ser perceptível um maior incentivo ao esporte nos últimos 20 anos, havendo uma maior procura de meninas pelo esporte, ainda é difícil encontrar mulheres como treinadoras ou em cargos de liderança no futebol.

Atualmente, está ocorrendo nos EUA um incentivo ainda maior por parte do governo em dar visibilidade aos esportes, incluindo o futebol, ao sediar competições mundiais importantes, como: a Copa América (2024), o Mundial de Clubes (2025), a Copa do Mundo, em 2026, e as Olimpíadas de 2028. Os investimentos direcionados a esses megaeventos, somam-se à divulgação dos benefícios de uma prática esportiva que envolve hábitos saudáveis e, sobretudo, a possibilidade de uma bolsa de estudos em uma universidade, despertando cada vez mais o interesse de familiares em buscarem a modalidade para sua(e) filha(o). Essa procura pelo esporte, tem gerado uma maior demanda aos clubes de futebol de base, que buscam por treinadoras para constituírem os times de base.





Contudo, há uma questão no futebol norte americano diferente do brasileiro, em que a modalidade não é praticada como uma forma de ascensão social, mas tornar-se atleta de alto rendimento pode ser uma possibilidade concreta de conquistar uma formação superior. As universidades americanas não são gratuitas, ao contrário, são pagas e caras, de forma que o alto custo impossibilita muitas pessoas acessarem a formação acadêmica. Um caminho encontrado é a bolsa de estudos para atletas, como forma de conseguir concluir a graduação em uma universidade bem avaliada.

Contudo, é importante contextualizar que as escolas de base nos EUA não são públicas, mas pagas e que há diferenças de níveis técnicos. Isto é, a(o)s responsáveis pela criação da(o)s filha(o)s optam por qual nível técnico querem colocar sua(eu) filha(o). No Brasil, infelizmente, não é muito diferente a privatização das práticas esportivas. Existem alguns projetos sociais esportivos que visam alcançar a população de baixa renda, mas ainda muito aquém das necessidades e das demandas da sociedade em sua totalidade, nos quais os times de base em sua maioria são privados, dificultando o acesso e a permanência de meninas ao/no futebol.

Identificamos, que em diferentes campos, a tática de encaminhar para uma responsabilização individual da manifestação cultural, evidencia no rolar da bola, que o jogo de se tornar empreendedor de si faz parte de uma lógica globalizada, em um processo de precarização da vida (ANTUNES, 2005), promovida pela política neoliberalista que prega o estado mínimo e com o mínimo de direitos. Essa lógica, não permite vislumbrar a corporalidade como representação de uma memória viva do corpo (KRENAK, 2021), um bem cultural e, portanto, um direito constitucional. Essa lógica traz, ainda, o desenvolvimento na frente do envolvimento, o sintético na frente do orgânico e o humano sobrepondo-se aos seres vivos, visando conformar uma sociedade intolerante, individualista e sem conexão com a natureza, em que tudo se torna mercadoria (BISPO, 2023).

O que significa dizer, que para entrar em campo é preciso conhecer as regras do jogo, identificar que as desigualdades estão fundadas em um sistema sociometabólico do capital, que nos termos de Mészáros (ANTUNES, 2012, p. 6), “subordina todas as funções produtivas e reprodutivas da vida humana e o trabalho, [...] em mero meio de reprodução do capital”. É preciso dizer, também, que as regras do jogo estão fundadas em estruturas, que supõe “um enquadramento lógico com interdependência e coerência institucionais no âmbito da sociedade civil contemporânea” (SODRÉ, 2023, p. 59), que constituem as diferentes





dimensões da vida social das mulheres. Trata-se de uma apreensão “sensório global, uma espécie de síntese afetiva da diversidade cultural que informa os esquemas existenciais, ordenadores da experiência comum” (SODRÉ, 2023, p. 70), que entra em jogo contra qualquer alteração substancial de hierarquia das relações sociais, em um pacto de cumplicidade entre aqueles que estão no poder, que Bento (2022) denomina de pacto da branquitude, impelindo todos os outros às margens.

As estruturas mencionadas por Sodré e Bento, referem-se a forma social escravagista e ao racismo estrutural institucionalizado nas relações do mundo do trabalho, que expelle os corpos indesejados - racializados nos termos da autora e do autor e, ao mesmo tempo, feminilizado, na demarcação do opressor. O feminino nomeado pela boca do opressor é usado para tornar as mulheres indesejáveis ou inúteis, perigosas ou desobedientes, demarcando “um regime estético-moral para as mulheres marcadas pela negatividade” (TIBURI, 2018, p. 50). Tais análises nos são caras, por elucidar um jogo perpetrado pela violência, em que a competição desigual das relações postas dentro e fora do campo, evidenciam que a não interpelação às infrações cometidas contra as mulheres, que para uns seria cartão vermelho, é a sinalização de que precisam continuar rolando a bola, driblando as regras e as péssimas condições trabalho, reforçando a saga e fortalecendo o ataque.

SER PROJETADA EM UM OUTRO: VIOLÊNCIA DENTRO E FORA DE CAMPO

Dimensões generificadas e racializadas, produzidas no âmbito privado e público, nos ajudam a identificar que ter acesso ao futebol, ser estimulada e conseguir permanecer no esporte é apenas o início do primeiro tempo para as meninas e mulheres. O jogo continua, com muito mais pressão e (im)possibilidade para elas, ao verificar que a bola não rola para uma profissionalização no mundo futebolístico, como denuncia Goellner (2019), em entrevista ao Brasil de Fato, ao expor as grandes dificuldades postas para que o futebol de mulheres seja profissionalizado:

a maior delas é o investimento dos clubes, Federações e Confederações. Enquanto os homens têm 10 campeonatos, as mulheres têm três. Como a gente quer que o futebol de mulheres tenha visibilidade e qualidade se elas muitas vezes não têm a chance de jogar? Muitas atletas não têm contrato de trabalho, não têm plano de saúde, não têm estrutura nos clubes. As vezes falta até uniforme, banheiro, vestiário, assessoria médica. Também tem a questão salarial, no Brasil que elas não têm um rendimento mensal. Muitas vezes elas são contratadas por temporada e somente nos períodos de campeonatos. Não há nunca a segurança de que elas possam viver da modalidade. Isso significa que





elas quase não têm chance de jogar, o que acarreta prejuízo. Temos que avançar muito na profissionalização do futebol de mulheres.

Isto é, não se trata somente de expor as dificuldades financeiras em que as jogadoras estão submetidas em virtude de contratos e salários precários nos clubes, em que são empurradas a exercerem uma função remunerada fora de casa para continuarem jogando (GOELLNER; CABRAL, 2022). Trata-se, também, de reconhecer que as mulheres historicamente em nossa sociedade são cobradas e mantidas como responsáveis pelo trabalho não remunerado exercido no âmbito privado, como forma de acúmulo primitivo de capital (FEDERICI, 2019), em que limpar, alimentar e cuidar somam-se a jornada diária de força de trabalho. Trata-se, portanto, de reconhecer que as jogadoras estão sobrecarregadas com triplas jornadas de trabalho, dentro e fora de casa, e que essa condição de espoliação em que estão expostas se dá por “um efeito - não uma ausência - de conhecimento” (BRITZMAN, 1996, p. 91), ou seja, é produto de uma ordem patriarcal de gênero, produzida intencionalmente para dominar-explorar a mulher (SAFFIOTI, 2004), visando não possibilitar a autonomia, mas impor parâmetros hierárquicos e meritocráticos coloniais, que partem de uma lógica heteropatriarcal para definir o modelo de humanidade (VERGÈS, 2020). Em outro momento, ao analisarmos os discursos publicizados em reportagens na internet sobre as jogadoras de futebol, verificamos que “Produz-se discursos comuns sobre as mulheres que jogam futebol, doutrinando-as que a precariedade e o silenciamento são os desafios que constituem a própria existência de ser jogadora. O recado é: “existir enquanto jogadora é se submeter a essas condições” (NICOLINO; OLIVEIRA, 2020, p. 64).

Ao estudar a história das mulheres nos jogos esportivos, Devide (2005) mostra o quanto o esporte é uma área de reserva masculina e projetado para inferiorizar as mulheres em relação aos homens, um instrumento de restrição e de coerção, em que as regras e o acesso são regidos por uma perspectiva hegemônica “masculina”. Segundo o autor, essa inferiorização parte de um padrão esportivo “masculino” como norma, em que as mulheres são consideradas “esportistas de segunda classe”. A contradição apontada no estudo, refere-se a cobrança do mesmo desempenho esportivo (recordes, força, habilidade) às mulheres, para que sejam reconhecidas como atletas, mas, ao mesmo tempo, anuncia como verdade incontestável sua inferioridade biológica.

Interessante problematizar essa contradição posta por Devide, pois nos termos de Saffioti (2004) a autonomia por parte das mulheres só pode ser obtida por meio de uma





condição de igualdade. Assim, partindo desse pressuposto, que a igualdade depende de ter as mesmas condições, entendemos que ao comparar o futebol de mulheres com o futebol de homens, este define o parâmetro de rendimento, força, agilidade e performance de execução, dessubstancializando a memória viva dos corpos (Krenak, 2020) das mulheres, de sua corporalidade, que é pressionada a espetacularizar suas manifestações corporais em gestos, muitas vezes, incompatíveis, com sua prática social, em um claro movimento de apagamento de sua cultura corporal. Cultura vivida pela corporalidade, em que os nossos cinco sentidos “são desenvolvidos e refinados humanamente como resultado de processos e atividades sociais” (MÉSZÁROS, 2006, p. 145), que nos termos de Adroaldo Gaya, constitui “plena atividade sensorial, portanto, nada pode existir no conhecimento que não tenha passado primeiramente pelo corpo” (GAYA, 2006, p. 266). O que significa dizer, nas palavras de Taffarel e Escobar (1987), que a cultura corporal carrega em si a representação de um povo, pois é no corpo e pelo corpo que o indivíduo se constitui coletivamente, portanto, o corpo “é elemento que constitui o centro da cultura de todo povo, pois é a partir dele que o ser humano exprime a essência de seus costumes e de sua identidade cultural” (TFAFFAREL; ESCOBAR, 1987 apud SOUZA JÚNIOR, 2011, p. 396).

Expressões que são marcadas pela corporalidade de seu tempo histórico, em que:

A divulgação das questões técnica, tática e física das jogadoras sempre são associadas, classificadas e hierarquizadas segundo parâmetros ‘masculinos’. De tal forma, que para serem descritas, em suas glórias e/ou dificuldades, o futebol jogado por mulheres é antes e, sobretudo, reconhecido como jogado por homens. O que significa dizer que só é possível existir enquanto jogadora, nos termos beauvoiriano, a partir do jogador e, portanto, na condição de outro. A divulgação e o compartilhamento da lógica do futebol como um jogo ‘masculino’ (...) reside não apenas no plano profissional, em suas competências e habilidades, mas em sujeitar esses corpos às opressões sexista, heteronormativa e racista, pois o seu reconhecimento enquanto futebolista é objetificado na superação das incapacidades de ser Mulher – fundamentada na lógica essencialista (NICOLINO; OLIVEIRA, 2020, p. 63).

Dito de outro modo, para as mulheres tornarem-se futebolista não se trata de dedicação, esforço e resiliência dentro e fora de campo, porque isso elas já o fazem, o que está em jogo é a dessubstancialização de sua corporalidade social e histórica enquanto futebolista, em um movimento de apagamento de corporalidade e de (im)possibilidades de ocuparem cargos decisórios no futebol. Trata-se, nesse sentido, de entender que não há o interesse de homens, em investir no futebol de base e profissional de mulheres, em produzirem políticas de reparação voltadas à ocupação de mulheres em cargos técnicos e estratégicos (plano de





carreira e salários equivalentes), mesmo em times em que elas são as jogadoras. Segundo estatísticas recentes, publicizadas na CNN Brasil (2023), cerca de 85% das mulheres futebolistas em todo o mundo não têm acesso a contratos profissionais em suas carreiras. Em média, elas recebem uma parcela do que é pago aos jogadores masculinos em posições equivalentes, tornando quase impossível ganhar a vida com o esporte. Ainda nessa reportagem, é apresentado a pressão exercida pelas jogadoras por melhores condições de trabalho:

A decisão da FIFA de introduzir prêmios individuais em dinheiro este ano ocorreu depois que mais de 150 jogadoras de 25 seleções nacionais, apoiadas por seu sindicato global FIFPRO, enviaram uma carta ao órgão regulador do futebol em outubro passado pedindo igualdade de condições e prêmios em dinheiro. [...] Ainda hoje, a maioria dos tomadores de decisão no futebol continuam sendo homens – o comitê executivo da UEFA tem 20 membros, 19 dos quais são homens, enquanto o Conselho da FIFA tem 37 membros, 30 dos quais são homens. Todas, exceto uma das mulheres sentadas nesses órgãos de tomada de decisão, preenchem as cotas de assentos, reservadas especificamente para mulheres. E quase três quartos (74%) dos treinadores principais em todas as ligas de futebol feminino ainda são homens (CNN Brasil, 2023).

Apesar de ser intitulado como o país do futebol, a cultura futebolística brasileira ainda impossibilita a entrada e a permanência de meninas e mulheres no futebol. E, neste sentido, fica a questão, por que não há uma comoção nacional pela exclusão deliberada das mulheres no futebol? Por quê?

MINUTOS FINAIS DO JOGO!

Entrar em campo, rolar a bola e reconhecer jogadas, para driblar a baixa representatividade de mulheres no meio futebolístico foram algumas estratégias deste jogo, que apresentou algumas impressões experienciadas por uma professora de Educação Física, em torna-se treinadora de futebol nos Estados Unidos da América. Para interpretar o contexto dos lances vivenciados, dentro e fora dos campos norte-americanos, colocamos o time em campo e lançamos mão de estudos feministas críticos e algumas análises do futebol de mulheres no Brasil, para provocar a discussão sobre as barreiras às quais as mulheres estão submetidas nesse jogo.

Identificamos, que o maior desafio não se encontra na contestação das regras, pois isso elas já o fazem, mas na restrição e na homogeneização racionalizada das formas de manifestação cultural, em um projeto de dessubstancialização da memória viva dos corpos das mulheres. Essa desassociação da corporalidade da mulher no contexto futebolístico é a





incorporação da violação em ser projetada em um outro. Alinhado a esse projeto colonialista heteropatriarcal, o jogo continua com táticas de privatização das manifestações culturais, tática antiga dos EUA, que vem sendo incorporada à cultura esportiva brasileira, em um crescente movimento de responsabilização individual de gestão da vida, que desconsidera o esporte como um bem cultural e, portanto, um direito constitucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Caio. **A educação em Mészáros**: trabalho, alienação e emancipação. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. v. 2. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

BRADBURY, Steven; STERKENBURG, Jacco Van; MIGNON, Patrick. **O teto de vidro no futebol europeu: níveis de representação de minorias étnicas visíveis e mulheres em posições de liderança e as experiências de treinadores de elite de minorias étnicas**. 2014. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/2134/24522>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRITZMAN, Débora P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e realidade**, v. 21, n. 1, p. 71-96, 1996.

CNN BRASIL. **Disparidade salarial entre homens e mulheres é real destaque da Copa do Mundo Feminina**. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/disparidade-salarial-entre-homens-e-mulheres-e-real-destaque-da-copa-do-mundo-feminina/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Sílvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEIJÓ, Thainá. **Mulheres no futebol**: a luta para ocupar seu espaço no esporte. 2023. Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=noticias/12-07-2023/mulheres-no-futebol-luta-para-ocupar-seu-espaco-no-esporte>>. Acesso em: 02 abr. 2024.





FERREIRA, Marcelo. **O Brasil descobriu o futebol feminino**. E ele é precário. Entrevista com Silvana Goellner. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2019/06/26/o-brasil-descobriu-o-futebol-feminino-e-ele-e-precario>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista brasileira de história**, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

GAYA, Adroaldo. A reinvenção dos corpos: por uma pedagogia da complexidade. **Sociologias**, v. 8, n. 15, p. 250-272, 2008.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista brasileira de educação física e esportes**, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre; KESSLER, Cláudia Samuel. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no Brasil: ressaltar o protagonismo para visibilizar a modalidade. **Jornal USP**, 2014. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/especial/revista-usp-117-a-sub-representacao-do-futebol-praticado-por-mulheres-no-brasil-ressaltar-o-protagonismo-para-visibilizar-a-modalidade/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Sissi, a Imperatriz: entrevista com Sisleide Lima do Amor. **FuLiA**, v. 4, n. 1, p. 117-133, 2019.

_____. Nós convidamos a CBF a trazer reformas de igualdade de gênero para o Brasil. **Ludopédio**, v. 135, n. 36, 2020.

_____. Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências. **Movimento**, v. 27, p. 1-14, 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre; CABRAL, Juliana R. **As pioneiras do futebol pedem passagem: conhecer para reconhecer**. São Paulo: Ludopédio, 2022.

GONÇALVES, Eliane. **Falas que educam: lições feministas para um mundo melhor**. Fala proferida no 4º Ciclo de Debates promovido pelo SINT-IFESgo, ADUFG Sindical e a APG, Goiânia, GO, 2016.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KRENAK, Ailton. **Guerras do Brasil: as guerras da conquista**. Episódio 1. 2018. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/81091385>>. Acesso em 28 fev. 2024.

_____. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Memórias ancestrais: memória não queima**. Selvagem ciclo de estudos sobre a vida (Filme). 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pv3WpTbT5Ko>>. Acesso em 28 fev. 2024.





KRISTIANSEN, Elsa; BROCH, Trygve B.; PEDERSEN, Paul M. Negociação de gênero no futebol profissional: uma análise de jogadoras de futebol nos Estados Unidos. **Choregia**, v. 10, n. 1, p. 5-27, 2014.

MENDONÇA, Renata. Jogos olímpicos de Tóquio: por que não temos mais mulheres treinadoras? **Dibradoras**. 2021. Disponível em: <<https://dibradoras.com.br/2021/08/09/jogos-olimpicos-de-toquio-por-que-nao-temos-mais-mulheres-treinadoras/>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MENDONÇA, Renata. Estudo da Fifa mostra descaso de anos do Brasil com o futebol feminino. **Dibradoras**. 2019. Disponível em: <<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/05/20/band-triplica-audiencia-com-futebol-feminino-em-estrela-da-transmissoes/>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NATALE, Dayane. Técnicas de futebol: os desafios das mulheres à beira do campo. **AZMina**. 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/tecnicas-de-futebol-os-desafios-das-mulheres-a-beira-do-campo/>>. Acesso em 28 fev. 2024.

NICOLINO, Aline; OLIVEIRA, Valléria de Araújo. "Ocupar a quadra", empoderando meninas: ampliando diálogos sobre futebol e gênero nas aulas de educação física. **Cadernos de formação do CBCE**, v. 11, n. 2, p. 61-70, 2020.

PASSERO, Julia Gravena. e colaboradores. Futebol de mulheres liderado por homens: uma análise longitudinal dos cargos de comissão técnica e arbitragem. **Movimento**, v. 26, p. 1-18, 2020.

PASSERO, Julia; XAVIER, Luisa. A mulher nos cargos de gestão nas federações do futebol brasileiro em 2019. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO E POLÍTICAS PARA O ESPORTE, 4. **Anais...** Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Ana Márcia. **Corpo, ciência e mercado**: reflexões acerca da gestão de um novo arquétipo da felicidade. Campinas, SP: Autores Associados/ Florianópolis: UFSC, 2001.

SILVA, Hugo Leonardo F. A formação da corporalidade no trabalho precarizado: a omnilateralidade às avessas. In: LARA, Larissa Michele; ATHAYDE, Pedro; MENDER, Maria Isabel B. S. (Orgs.). **O que pode o corpo?** saberes e práticas da educação física e ciências do esporte. Maringá, PR: Eduem, 2021.

SOARES, Carmen Lúcia. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmen Lúcia (Org.). **Corpo e história**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.





SOARES, João Pedro. O Brasil caminha para um futebol mais igualitário? **DW**. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-brasil-caminha-para-umfutebol-mais-igualit%C3%A1rio/a-54841142>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio e colaboradores. Coletivo de autores: a cultura corporal em questão. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 33, n. 2, p. 391-411, 2011.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; ESCOBAR, Micheli Ortega. **Metodologia esportiva e psicomotricidade**. Recife, PE: Gráfica, 1987.

_____. Cultura corporal e os dualismos necessários à ordem do capital. In: SILVA, Maria C. de P; TEIXEIRA, Cristina Maria D'Ávila; ROCHA JUNIOR, Coriolano P. (Org.). **Educação, cultura corporal e lazer**: desafios da pós-graduação e ciência no tempo presente. Salvador, BA: EDUFBA, 2023.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VERGÈ, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

_____. **Uma teoria feminista da violência**: por uma política antirracista da proteção. São Paulo: Ubu, 2021.

Dados da autora:

Email: aline.nicolino@gmail.com

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1286, Nossa Senhora Aparecida, Uberlândia, MG, CEP: 38400-678, Brasil.

Recebido em: 29/02/2024

Aprovado em: 05/04/2024

Como citar este artigo:

NICOLINO, Aline da Silva; OLIVEIRA, Valléria Araújo de; ROSA, Milena Louise Rodrigues. Futebol de mulheres! É preciso entrar em campo, driblar as desigualdades e golpear opressões. **Corpoconsciência**, v. 28, e17246, p. 1-16, 2024.

